

Laudo Econômico Financeiro

Inove Administração, Gestão e Participações em Serviços Médicos LTDA

1. Identificação da Pessoa Jurídica Requerente

A sociedade empresária denominada INOVE ADMINISTRAÇÃO GESTÃO E PARTICIPAÇÕES EM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.006.000/0001-95, NIRE 3.523.297.836-0, com sede situada na Avenida Conselheiro Carrão, nº 1861, Conjunto 82, Vila Carrão, CEP 03403-001, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, é regularmente representada por sua administradora ANA LUCIA CORREA DA SILVA, brasileira, divorciada, empresária, portadora do CPF nº 251.239.828-50, residente e domiciliada na Avenida Montemagno, nº 2977, Vila Formosa, CEP 03379-005, São Paulo/SP.

2. Histórico da Atividade Empresarial e Justificativa Econômica da Crise

A Requerente desenvolve suas atividades empresariais no segmento de locação de ambulâncias, prestando serviços de relevância essencial à saúde e segurança em estabelecimentos comerciais, notadamente shopping centers. Desde sua constituição, manteve um histórico de regularidade e idoneidade, firmando contratos duradouros com clientes recorrentes e consolidando sua posição de mercado.

Todavia, sobreveio abrupta alteração no cenário jurídico-normativo que impactou substancialmente a continuidade da atividade econômica, a partir do julgamento do Recurso Extraordinário nº 833291 pelo Supremo Tribunal Federal, que declarou a inconstitucionalidade da legislação municipal que impunha a obrigatoriedade de manutenção de ambulatórios em shoppings. A repercussão prática imediata da decisão consistiu na rescisão contratual em massa por parte dos contratantes, o que causou a drástica redução das receitas da Requerente, comprometendo, em cadeia, a sua capacidade de adimplemento de obrigações e manutenção das operações regulares.

3. Diagnóstico Econômico-Financeiro

No decorrer dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2025, observa-se que a estrutura patrimonial da empresa manteve-se concentrada no ativo circulante, especialmente em contas representativas de clientes (duplicatas a receber), disponibilidades bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. Estes componentes patrimoniais, ao lado dos tributos compensáveis e dos créditos de curto prazo, constituem o núcleo da capacidade de capital de giro da sociedade, indicando razoável potencial de liquidez sob condições normais de operação.

Ativo Circulante:

A análise dos balancetes e documentos de suporte revelou que o ativo circulante da empresa é composto principalmente por:

- **Disponibilidades:** valores em caixa e contas bancárias (Itaú, Santander, Safra, Banco do Brasil), com saldo total significativo.
- **Aplicações financeiras de liquidez imediata:** incluindo títulos de capitalização e CDBs vinculados a instituições como Santander, Itaú e Sicoob.
- **Contas a receber:** representadas por duplicatas de clientes diversos, totalizando cifras expressivas nos três meses analisados.
- **Tributos a recuperar:** como IRRF, INSS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS retidos ou compensáveis.
- **Adiantamentos e bloqueios judiciais:** valores adiantados a terceiros, fornecedores e seguros, bem como valores bloqueados por força judicial.
- **Consórcios não contemplados:** títulos vinculados a participações consorciadas.
- **Despesas antecipadas:** prêmios de seguros a apropriar, entre outros.

Exemplo de saldo em janeiro/2025: R\$ 8.357.168,23D.

Ativo Não Circulante:

Composto essencialmente por:

- **Ativo realizável a longo prazo:** créditos contra terceiros e clientes, que refletem o potencial de recuperação futura de valores substanciais.
- **Imobilizado:**
 - **Imóveis:** terrenos, construções e benfeitorias.
 - **Máquinas e equipamentos:** incluindo bens utilizados na prestação de serviços médicos.
 - **Móveis e utensílios:** alocados em diversas unidades operacionais.
 - **Veículos:** frota significativa, diretamente relacionada à atividade-fim da empresa (locação de ambulâncias).
 - **Computadores e acessórios.**
 - **Software e sistemas operacionais.**

Todos esses bens estão sujeitos à depreciação conforme normas contábeis vigentes, o que também foi identificado no laudo contábil. Valor bruto imobilizado em janeiro/2025: R\$ 7.920.525,57D. Depreciação acumulada: R\$ 7.181.667,62C.

Observações Técnicas:

- A empresa não declarou bens disponíveis para alienação imediata.
- A frota de veículos e os ativos operacionais são estratégicos e indispensáveis à manutenção da atividade, razão pela qual não se recomenda sua venda no curso da recuperação.

Em janeiro de 2025, o ativo total da empresa foi apurado em R\$ 19.022.778,89, enquanto o passivo atingiu R\$ 16.578.082,37, ambos em regime de competência. A partir desse quadro, depreende-se a existência de patrimônio líquido positivo, ainda que sob

pressão, com a manutenção do capital social e reservas em patamar compatível com a estrutura das obrigações assumidas. A empresa, não obstante o desequilíbrio de fluxo de caixa em razão da súbita queda na receita, permaneceu com volume expressivo de contas a receber, o que denota sua capacidade potencial de regeneração operacional, desde que amparada por reestruturação judicial eficaz.

Quanto aos resultados do período, verifica-se que, em janeiro, a empresa registrou receitas no montante de R\$ 1.350.759,90, contra despesas da ordem de R\$ 1.490.409,29, o que resultou em um saldo líquido operacional negativo. Este cenário é indicativo de uma margem de contribuição comprometida, cujas causas encontram respaldo nas rescisões contratuais abruptas anteriormente mencionadas e na consequente subutilização de ativos operacionais. Não obstante, a magnitude das receitas evidencia que a empresa ainda detém contratos vigentes e fluxo de faturamento, o que justifica a adoção de medidas de reequilíbrio em vez da extinção da atividade.

A análise dos meses subsequentes demonstra manutenção da estrutura patrimonial e financeira, com variações marginais nos saldos contábeis e reforço da tese de continuidade. Destaca-se, no entanto, que os passivos exigíveis de curto prazo apresentaram incremento proporcionalmente superior ao crescimento dos ativos líquidos, o que pressionou os índices de liquidez corrente e imediata. Tal quadro justifica a urgência da intervenção judicial para reorganização ordenada das obrigações, a fim de restaurar o equilíbrio econômico-financeiro da sociedade empresária requerente.

No tocante aos indicadores financeiros, embora não se disponha de balanço completo para cálculo de índices como liquidez geral ou rentabilidade sobre patrimônio líquido, os dados disponíveis já permitem inferir que a empresa encontra-se em estado de insolvência financeira relativa, mas não técnica, pois seus ativos superam os passivos. Essa distinção é crucial, pois respalda a presunção de viabilidade econômica, especialmente em razão da existência de uma carteira ativa de clientes e da preservação de ativos operacionais.

Diante do exposto, conclui-se que a situação financeira da empresa, embora comprometida por fatores exógenos de natureza normativa e contratual, ainda preserva elementos essenciais à sua recuperação. A adoção de um plano de recuperação judicial, que contemple reestruturação das dívidas, racionalização de custos e reorganização

administrativa, mostra-se não apenas viável, como necessária à preservação da função social da empresa, à manutenção dos empregos e à satisfação, ainda que parcial, do interesse dos credores.

3.1 Demonstrativos contábeis recentes

A presente seção tem por finalidade apresentar os principais demonstrativos contábeis da sociedade empresária INOVE ADMINISTRAÇÃO GESTÃO E PARTICIPAÇÕES EM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, com base nos balancetes mensais elaborados para os períodos de competência compreendidos entre janeiro e março de 2025. Os dados foram extraídos de registros contábeis mantidos de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), assegurando a fidedignidade das informações apresentadas.

A análise dos referidos documentos contábeis é essencial para subsidiar o juízo na apreciação do pedido de recuperação judicial, uma vez que permite a aferição da real situação patrimonial, econômica e financeira da requerente. Por meio da verificação dos saldos contábeis, movimentações financeiras, receitas, despesas e estrutura de capital, busca-se evidenciar o histórico recente da empresa.

Bem como identificar tendências de desequilíbrio e, sobretudo, fornecer elementos técnicos que demonstrem a viabilidade de superação da crise econômico-financeira por meio dos instrumentos legais previstos na Lei nº 11.101/2005. Cabe ressaltar que os demonstrativos ora apresentados refletem a realidade da empresa em um período de sensível retração econômica, provocada por fatores exógenos que alteraram abruptamente o seu ambiente regulatório e operacional.

Ainda assim, os dados apurados indicam a existência de ativos relevantes, fluxo de receita operacional e estrutura organizacional preservada, elementos que reforçam a pertinência da recuperação como alternativa à descontinuidade da atividade empresarial. As tabelas a seguir apresentam em maiores detalhes os balancetes para os meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2025.

Tabela 1 – Balancete Janeiro de 2025

	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
ATIVO	17.965.824,63D	5.077.839,44	4.020.885,18	19.022.778,89D
PASSIVO	17.965.824,63C	1.596.845,75	209.103,49	16.578.082,37C
CONTAS DE RESULTADO RECEITAS	0	27.015,15	1.350.759,90	1.323.744,75C
CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	0	369.457,52	1.490.409,29	1.120.951,77C
CONTAS DE APURAÇÃO	0	0	0	0
CONTAS DEVEDORAS	17.965.824,63D	5.447.296,96	5.511.294,47	17.901.827,12D
CONTAS CREDORAS	17.965.824,63C	1.623.860,90	1.559.863,39	17.901.827,12C
RESULTADO DO MES	0	-1.120.951,77	1.323.744,75	2.444.696,52
RESULTADO DO EXERCICIO	0	-1.120.951,77	1.323.744,75	2.444.696,52

Tabela 2 – Balancete Fevereiro de 2025

	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
ATIVO	-27824209.34	6402120.28	5575342.74	-28650986.88
PASSIVO	0.0	0.0	2909.95	-2909.95
CONTAS DE RESULTADO RECEITAS	0.0	11.18	1752.3	1741.12
CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	-1529.25	2001.59	162556.27	165613.3
CONTAS DE APURAÇÃO	0.0	0.0	0.0	0.0
CONTAS DEVEDORAS	-28458895.05	5733748.36	4710792.75	-29527000.07
CONTAS CREDORAS	-102091.3	740986.5	1146930.69	670527.38
RESULTADO DO MES	0.0	0.0	0.0	0.0
RESULTADO DO EXERCICIO	0.0	0.0	0.0	0.0

Tabela 3 – Balancete Março de 2025

CATEGORIA	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
ATIVO	19.622.900,43D	2.179.897,65	1.713.856,36	19.156.859,14D
PASSIVO	16.320.069,76C	146.422,77	949.716,25	15.516.776,28C
CONTAS DE RESULTADO RECEITAS	628.964,76D	0,00	0,00	628.964,76D
CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	2.607.133,27C	1.188.401,29	851.149,10	2.944.385,46C
CONTAS DE APURAÇÃO	1.324.662,16C	0,00	0,00	1.324.662,16C
CONTAS DEVEDORAS	15.691.105,00D	2.565.005,46	3.368.298,94	14.887.811,52D
CONTAS CREDORAS	15.691.105,00C	949.716,25	146.422,77	14.887.811,52C
RESULTADO DO MES	0,00	-337.252,19	0,00	337.252,19C
RESULTADO DO EXERCICIO	3.302.830,67C	-4.269.047,62	-628.964,76	3.640.082,86C

3.2 Descrição dos bens e ativos

A estrutura patrimonial da empresa requerente, conforme demonstrativos contábeis e documentos de suporte correspondentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2025, revela a manutenção de um conjunto substancial e diversificado de ativos, os quais se encontram discriminados nos grupos de ativo circulante e ativo não circulante, atendendo aos princípios contábeis e normas de escrituração vigentes.

No âmbito do ativo circulante, destacam-se os seguintes componentes: disponibilidades financeiras, constituídas por saldos em caixa e em contas bancárias mantidas junto ao Banco Itaú Unibanco, Banco Santander, Banco Safra e Banco do Brasil; aplicações financeiras de liquidez imediata, notadamente CDBs empresariais e títulos de capitalização vinculados a instituições sólidas do sistema financeiro nacional; bem como duplicatas a receber, representando créditos comerciais a curto prazo perante clientes diversos, inclusive entidades de reconhecido porte e reputação como Notre Dame Intermédica, Santos Futebol Clube e SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tais contas refletem a existência de valores monetários

disponíveis ou de rápida conversão em caixa, fundamentais à sustentação das atividades operacionais.

Ainda no circulante, verifica-se a existência de créditos tributários a recuperar, como IRRF, IRPJ, CSLL, INSS, COFINS e PIS, devidamente registrados e atualizados, bem como adiantamentos a fornecedores e terceiros, valores de seguros fiança e bloqueios judiciais decorrentes de demandas em trâmite. Destaca-se, ademais, a contabilização de despesas pagas antecipadamente, especialmente prêmios de seguros a apropriar. Este conjunto de itens indica o adequado controle dos recursos transitórios da entidade e a conformidade com os princípios de competência e oportunidade.

No tocante ao ativo não circulante, identifica-se robusta composição de valores no grupo de ativo realizável a longo prazo, com créditos vencíveis em períodos superiores a doze meses, oriundos de relações comerciais com terceiros. Mais expressivo, entretanto, é o grupo do ativo imobilizado, que representa os bens tangíveis essenciais à consecução do objeto social da empresa. Compõem esse grupo: imóveis construídos, terrenos, instalações e benfeitorias, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, computadores e acessórios, bem como a expressiva frota de veículos operacionais utilizada na prestação de serviços de locação de ambulâncias.

A frota de veículos, que representa parte majoritária do ativo imobilizado bruto, atinge valores superiores a R\$ 11 milhões, conforme apurado em janeiro de 2025, e é acompanhada de depreciações acumuladas devidamente escrituradas. Também consta a presença de equipamentos médicos aplicados na prestação de serviços, os quais possuem natureza crítica à operação e devem ser considerados como bens de uso indispensável à continuidade da atividade.

No total, o valor bruto do ativo foi apurado, no mês de janeiro, em R\$ 19.022.778,89, com pequenas variações nos meses subsequentes, mantendo sua estrutura contábil e patrimonial estável. O inventário demonstra que a sociedade empresária possui bens em quantidade e qualidade suficientes para garantir a continuidade da atividade empresarial, observadas as premissas de reestruturação propostas.

Importa ressaltar que os ativos atualmente registrados são destinados à operação da empresa e não há, no presente momento, indicação de disponibilidade para alienação,

conforme expressamente informado. Essa condição reforça o caráter operacional dos bens e a necessidade de sua preservação como meio de recuperação da viabilidade econômica da sociedade empresária.

3.3 Fluxo de Caixa Projetado

A fim de avaliar a viabilidade da recuperação da empresa INOVE ADMINISTRAÇÃO GESTÃO E PARTICIPAÇÕES EM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, procedeu-se à elaboração de projeções de fluxo de caixa operacional, tomando como base os dados históricos, com revisão à luz dos dados realizados até o ano de 2024 e adaptação ao novo contexto econômico-financeiro enfrentado pela Requerente.

As projeções foram segmentadas em dois cenários distintos, com horizonte temporal de 12 e 24 meses, visando estimar a geração líquida de caixa, o nível de suficiência financeira, e os impactos da recuperação judicial sobre a capacidade de cumprimento das obrigações. Para este fim, foram adotadas as seguintes premissas metodológicas para modelagem do fluxo de caixa:

- i. Saldo inicial de caixa: R\$ 89.000,00 (soma dos saldos nas contas do Banco Santander e Banco Itaú);
- ii. Impostos incidentes sobre vendas: redução efetiva da receita bruta em 6,65%, considerando tributos como ISS, PIS, COFINS e contribuições afins;
- iii. Imposto de Renda presumido: projeção de dedução de 1,5% sobre a receita operacional líquida;
- iv. Despesas com dirigentes e administradores: inclusão fixa de R\$ 30.000,00 mensais no grupo de despesas operacionais;
- v. Outras despesas fixas e variáveis: derivadas da média dos últimos exercícios, ajustadas pela inflação e atualização contratual de serviços essenciais.

Saldo de Caixa e Bancos (disponível): R\$ 313.578,15

Composição:

- i. **Caixa Geral:** R\$ 94.016,10
- ii. **Contas Correntes:** R\$ 9.620,37
- iii. **Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (CDBs e Títulos):**
R\$ 209.941,68
- iv. **Base de caixa operacional revisada:** R\$ 313.578,15
- v. **Contas a Receber (Clientes):** R\$ 6.255.186,13
Representando valores com liquidez comercial a curto prazo, com destaque para contratos com instituições públicas e privadas de grande porte.
- vi. **Obrigações tributárias a recolher (passivo circulante):** R\$ 1.116.802,19
Dentre elas:
 - **IR:** R\$ 288.611,67
 - **CSLL:** R\$ 122.685,87
 - **PIS/COFINS/ISS:** valores relevantes e parcelamentos ativos
- **Despesas administrativas adicionais projetadas:** R\$ 30.000,00/mês com dirigentes e gerência
- **Tributação efetiva considerada nas vendas:**
 - 6,65% sobre a receita bruta (tributos indiretos)
 - 1,5% sobre a receita líquida (IR presumido)

Projeções Revisadas:

Cenário 1 – 12 Meses (Status Quo)

- **Receita bruta estimada mensal:** Média histórica de R\$ 1.350.000,00
- **Receita líquida após tributos (~92% da bruta):** ~R\$ 1.243.000,00
- **Despesas operacionais totais (incluindo R\$ 30 mil de diretoria + custos fixos):**
~R\$ 1.270.000,00

- **Fluxo de caixa operacional médio negativo de ~R\$ 27.000,00/mês**

Com o saldo inicial de caixa revisado em R\$ 313 mil, a empresa teria fôlego financeiro por cerca de 11 meses, com progressivo aumento da inadimplência a partir do 7º mês.

Cenário 2 – 24 Meses (Recuperação Judicial + Expansão)

- i. Incremento de 5% nas receitas a partir de agosto de 2025 e 1% a.m. de setembro em diante;
- ii. Redução de pressões financeiras via:
 - a. Suspensão de execuções judiciais
 - b. Carência e deságio nos pagamentos dos credores
- iii. A partir do mês 10, entrada líquida positiva acumulada reforça saldo de caixa;
- iv. No segundo ano (2026), aumento gradual da receita bruta para patamares superiores a R\$ 1,5 milhão/mês;
- v. Margem operacional líquida tende a estabilizar acima de 6% ao final do segundo ano;
- vi. Resultado final estimado: superávit de caixa projetado de até R\$ 300 mil ao final de 24 meses, com capacidade de liquidação programada de obrigações e recomposição do capital de giro.

Como resultado, destaca-se a constatação de que a empresa encontra-se em situação de dificuldade financeira, porém com ativos líquidos, carteira de recebíveis robusta e caixa suficiente para iniciar um plano de reestruturação ordenado. A projeção evidencia que a recuperação judicial, se aliada ao aumento da receita e ao controle rigoroso de despesas, é capaz de restaurar a solvência e garantir o adimplemento futuro de credores. Em anexo estão as tabelas para as duas projeções.

4. Medidas de Reestruturação

Em razão do desequilíbrio econômico-financeiro instalado, a Requerente acumulou passivos vencidos perante fornecedores, colaboradores e instituições financeiras, além de figurar no polo passivo de múltiplas demandas judiciais de execução. Nesse contexto, propõe-se a instauração do processo de recuperação judicial, com fundamento na Lei nº 11.101/2005, visando à reestruturação ordenada das dívidas e à preservação da atividade empresarial.

Para tanto, serão implementadas medidas abrangendo três eixos: (i) reestruturação financeira, por meio de negociações com credores, deságios e parcelamentos; (ii) reestruturação operacional, mediante racionalização de processos, redução de custos fixos e estratégias de retomada de mercado; e (iii) reestruturação administrativa, com reconfiguração de cargos e capacitação da força de trabalho.

O plano prevê o tratamento específico das classes de créditos conforme a legislação aplicável, respeitando os princípios da paridade, proporcionalidade e continuidade da empresa. As fontes de receita concentram-se nos contratos ativos e nas prestações de serviços. A Requerente, no presente momento, não dispõe de ativos para alienação que possam ser revertidos em numerário para amortização de passivos.

5. Governança e Transparência no Âmbito Recuperacional

A fim de assegurar a lisura e a eficácia do processo recuperacional, propõe-se a instituição de Comitê de Credores com função fiscalizatória, bem como a apresentação periódica de relatórios semestrais ao juízo e às partes interessadas, contendo dados atualizados quanto ao cumprimento das obrigações assumidas e à evolução da execução do plano.

6. Conclusão e Encaminhamento Técnico

O presente documento visa atender ao disposto no artigo 53, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, oferecendo subsídio técnico e jurídico à instrução do pedido de recuperação

judicial, por meio de exposição circunstanciada da situação patrimonial e das justificativas econômicas que embasam a necessidade de reestruturação judicial. As informações complementares relativas aos demonstrativos contábeis e à avaliação individualizada de bens e ativos serão oportunamente anexadas, nos moldes exigidos.

ANEXOS

Tabela 4 – Cenário 1 -12 Meses (Status Quo)

[illegible]

Tabela 5 – Cenário 2 – 24 Meses (Recuperação Judicial + Expansão) (Continua)

Demonstrativo do Fluxo de Caixa		ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25
Total de entradas		1.558.078	1.773.855	1.750.031	1.839.348	1.834.617	1.833.320	1.859.969	1.837.855	1.838.601	1.846.387	1.853.757	1.851.411
Receitas de vendas		1.688.734	1.705.621	1.722.677	1.739.904	1.757.505	1.774.876	1.792.625	1.810.551	1.828.656	1.846.943	1.865.412	1.883.067
Outras Entradas de Caixa		67.344	67.344	67.344	67.344	67.344	67.344	67.344	67.344	67.344	67.344	67.344	67.344
Total de saídas		(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)
Despesas operacionais		(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)	(1.976.059)
Despesas de pessoal		(194.994)	(194.994)	(194.994)	(194.994)	(194.994)	(194.994)	(194.994)	(194.994)	(194.994)	(194.994)	(194.994)	(194.994)
Despesas com terceiros		(471.496)	(471.496)	(471.496)	(471.496)	(471.496)	(471.496)	(471.496)	(471.496)	(471.496)	(471.496)	(471.496)	(471.496)
Despesas com médicos/enfermeiros		(266.585)	(266.585)	(266.585)	(266.585)	(266.585)	(266.585)	(266.585)	(266.585)	(266.585)	(266.585)	(266.585)	(266.585)
Despesas de vendas e marketing		(20.839)	(20.839)	(20.839)	(20.839)	(20.839)	(20.839)	(20.839)	(20.839)	(20.839)	(20.839)	(20.839)	(20.839)
Despesas com manutenção e combustível		(106.411)	(106.411)	(106.411)	(106.411)	(106.411)	(106.411)	(106.411)	(106.411)	(106.411)	(106.411)	(106.411)	(106.411)
Despesas com materiais hospitalares e medicamentos		(24.504)	(24.504)	(24.504)	(24.504)	(24.504)	(24.504)	(24.504)	(24.504)	(24.504)	(24.504)	(24.504)	(24.504)
Despesas gerais		(57.201)	(57.201)	(57.201)	(57.201)	(57.201)	(57.201)	(57.201)	(57.201)	(57.201)	(57.201)	(57.201)	(57.201)
Despesas Financeiras		(137.311)	(137.311)	(137.311)	(137.311)	(137.311)	(137.311)	(137.311)	(137.311)	(137.311)	(137.311)	(137.311)	(137.311)
Emprestimos e Financiamentos		(422.887)	(422.887)	(422.887)	(422.887)	(422.887)	(422.887)	(422.887)	(422.887)	(422.887)	(422.887)	(422.887)	(422.887)
Despesas com diligências e administradores		(30.110)	(30.110)	(30.110)	(30.110)	(30.110)	(30.110)	(30.110)	(30.110)	(30.110)	(30.110)	(30.110)	(30.110)
Impostos sobre vendas 6,05%		(106.935)	(106.935)	(106.935)	(106.935)	(106.935)	(106.935)	(106.935)	(106.935)	(106.935)	(106.935)	(106.935)	(106.935)
Provisão para IR (1,5%) e Contribuições		(24.125)	(24.125)	(24.125)	(24.125)	(24.125)	(24.125)	(24.125)	(24.125)	(24.125)	(24.125)	(24.125)	(24.125)
Depreciação		(112.644)	(112.644)	(112.644)	(112.644)	(112.644)	(112.644)	(112.644)	(112.644)	(112.644)	(112.644)	(112.644)	(112.644)
Saldo do período		(219.982)	(203.694)	(186.038)	(168.811)	(151.412)	(133.839)	(116.091)	(98.164)	(80.059)	(61.772)	(43.503)	(24.697)
Depreciação		112.644	112.644	112.644	112.644	112.644	112.644	112.644	112.644	112.644	112.644	112.644	112.644
Fluxo operacional de caixa		(18.101)	(108.531)	(181.946)	(238.119)	(276.882)	(298.077)	(301.534)	(287.044)	(254.459)	(203.589)	(134.247)	(46.251)

Tabela 5 – Cenário 2 – 24 Meses (Recuperação Judicial + Expansão) (Continuação)

[illegible]

São Paulo, 14 de maio de 2025

Gabriel Augusto da Rocha

Contador

CRC: 1SP315225/O-9

CPF: 228.811.968-37